



Os novos desafios da regulação

Prioridades do *Single Supervisory Mechanism*
do Banco Central Europeu para 2016

—

Junho de 2016



	Página
Introdução	<u>04</u>
Prioridades do <i>Single Supervisory Mechanism (SSM)</i> do Banco Central Europeu para 2016	<u>05</u>
1. Análise dos <i>business models</i> e <i>drivers</i> de rentabilidade	<u>06</u>
2. Risco de crédito com enfoque nos NPEs e IFRS 9	<u>08</u>
3. Rácios de capital e <i>stress tests</i>	<u>11</u>
4. <i>Governance</i> de risco, <i>data quality</i> e IT	<u>13</u>
5. Capital económico e liquidez	<u>15</u>
6. <i>Targeted Review of Internal Models (TRIM)</i>	<u>16</u>
Conclusão	<u>18</u>

Introdução

Os temas de regulação e supervisão estão hoje no cerne das reflexões dos gestores bancários, supervisores, reguladores e legisladores, todos eles em busca de mecanismos que contribuam para o reforço da confiança no sector, posicionando-se como agentes promotores da mudança.

A 4 de Novembro de 2014 o Banco Central Europeu (BCE) assumiu, através do Mecanismo Único de Supervisão (*Single Supervisory Mechanism – SSM*), o controlo sobre um conjunto relevante de instituições na zona Euro¹.

Com o objectivo de apoiar as instituições na transição para esta nova realidade, a KPMG criou o **ECB Office**, um organismo que pretende levar aos clientes informação relevante sobre os assuntos críticos relacionados com a Supervisão do BCE. Desta forma, cremos que a KPMG estará melhor posicionada para auxiliar o sector bancário nos desafios da uniformização dos procedimentos de supervisão, na avaliação dos impactos para as suas organizações, bem como no aconselhamento sobre as formas de interacção com o BCE no futuro.

Entre as iniciativas já desenvolvidas pelo ECB Office, está o **KPMG Peer Bank**, uma nova ferramenta de *benchmarking*, desenhada para a realização de análises comparativas *peer-to-peer*.

Esta ferramenta proporciona aos bancos a oportunidade de identificarem o seu posicionamento em relação aos seus *peers*, tanto em termos nacionais, como regionais ou por segmento. Os benefícios deste *benchmarking* não visam apenas propósitos comerciais ou de análise competitiva. Os *guidelines* da European Bank Authority (EBA) para o processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), confirmam o *benchmark* como uma ferramenta de referência. A título de exemplo, refira-se que o *Preliminary Quantitative Rating* de um banco, aspecto fundamental do processo de decisão do supervisor, é abordado em três dos quatros blocos da metodologia do SREP.

Neste documento encontrará uma síntese do pensamento e análises desenvolvidas pela KPMG, considerando o contexto europeu, mas com especial incidência na realidade portuguesa.

Os profissionais de *Financial Services* da KPMG estarão disponíveis para aprofundar qualquer tema que considere necessário, ou para uma análise mais efectiva à sua realidade em particular.

¹A lista das entidades supervisionadas pelo BCE pode ser consultada através do seguinte endereço: <https://www.bankingsupervision.europa.eu/banking/list/who/html/index.en.html>

Prioridades do Banco Central Europeu para 2016

Na visão da KPMG e do seu ECB Office, as prioridades para 2016, com base nos principais riscos avaliados pelo SSM são as seguintes:

Prioridades do BCE/SSM	Actividades	
Análise dos <i>business models</i> e <i>drivers</i> de rentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • 2015 > Desafiar os modelos de negócio dos Bancos • 2015 > Avaliar os <i>drivers</i> de rentabilidade do Banco (revisão temática) • Avaliar a abordagem IRRBB através dos modelos de negócio 	2017
Risco de crédito com enfoque nos NPEs e IFRS 9	<ul style="list-style-type: none"> • 2015 > Implementar uma abordagem consistente aos NPEs • Avaliar o impacto do IFRS 9 ao nível da imparidade • Monitorizar a exposição à dívida pública e à concentração da exposição ao sector imobiliário 	2017
Risco de crédito com enfoque nos NPEs e IFRS 9	<ul style="list-style-type: none"> • 2015 > <i>Follow-up</i> da qualidade do capital • Harmonização da supervisão sobre o ICAAP dos bancos incluindo <i>stress tests</i> • Avaliar a preparação dos bancos para cenários de <i>Gone Concern (Minimum Requirement for Own Funds & Eligible Liabilities + Total Loss Absorbing Capacity)</i> 	2017
<i>Governance</i> de risco, <i>data quality</i> e IT	<ul style="list-style-type: none"> • 2015 > Análise detalhada sobre o <i>risk governance</i> para instituições financeiras significativas (<i>follow up do 'internal governance and risk appetite' 2015</i> (revisão temática) • Avaliar o cumprimento com os princípios do BCBS nos processos de <i>risk data aggregation</i> e <i>risk reporting</i> • <i>Cyber security</i> 	
Capital económico e liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • Harmonização da abordagem de supervisão ao ILAAP dos Bancos 	2017
<i>Targeted Review of Internal Models (TRIM)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • 2015 > Revisão e exercício de <i>benchmark</i> para os modelos internos de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional entre os bancos da Europa • Comparação, avaliação e harmonização dos modelos de risco através da avaliação dos seus parâmetros, <i>inputs</i> e <i>benchmark</i> dos <i>outputs</i> 	2017



1. Análise dos *business models* e *drivers* de rentabilidade

O Banco Central Europeu pretende compreender como trabalha cada uma das entidades e de que forma será possível atingir uma rentabilidade sustentável.

Principais preocupações do BCE

- O actual modelo de negócio é viável num contexto de baixas taxas de juro e, para algumas instituições, de elevado nível de *non performing loans* (NPLs)?

Abordagem do BCE

- Questionários: análise do orçamento e principais *drivers* de negócio;
- Visitas *on-site*.

Principais questões abordadas

- *Standards* de crédito;
- Rentabilidade por produto;
- Capacidade de reagir ao ciclo económico;
- Estratégia de gestão/controlo de custos.

Aspectos relevantes a considerar pelas Instituições

- Apresentação do modelo de negócio ao BCE;
- Preparação da informação contabilística e de gestão detalhada por produto, incluindo D&A nas diversas dimensões: produto, região, cliente, risco, *pricing*, etc.
- Resposta a questões complexas e detalhadas: pedidos de informação antes das missões *on-site*, incluindo decisões estratégicas, receitas por produto, etc.
- Realização de um vasto conjunto de entrevistas por parte das equipas do BCE aos colaboradores da instituição incluindo, *front* e *back-office* e Órgãos de Administração.

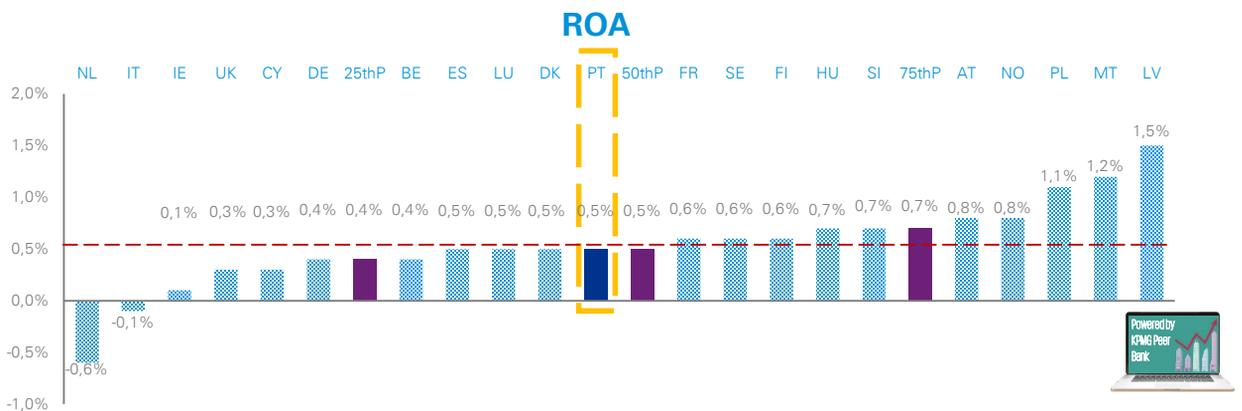
Insight do BCE

- Já no SREP 2015 a robustez do modelo de negócio era avaliada e tinha um peso relevante na determinação de eventuais *add-ons* nos requisitos de capital;
- No SREP 2016 a análise do modelo de negócio é a principal prioridade;
- O BCE vai alinhar os resultados desta análise com os que resultam do trabalho em curso relativo a NPL e *stress test*.

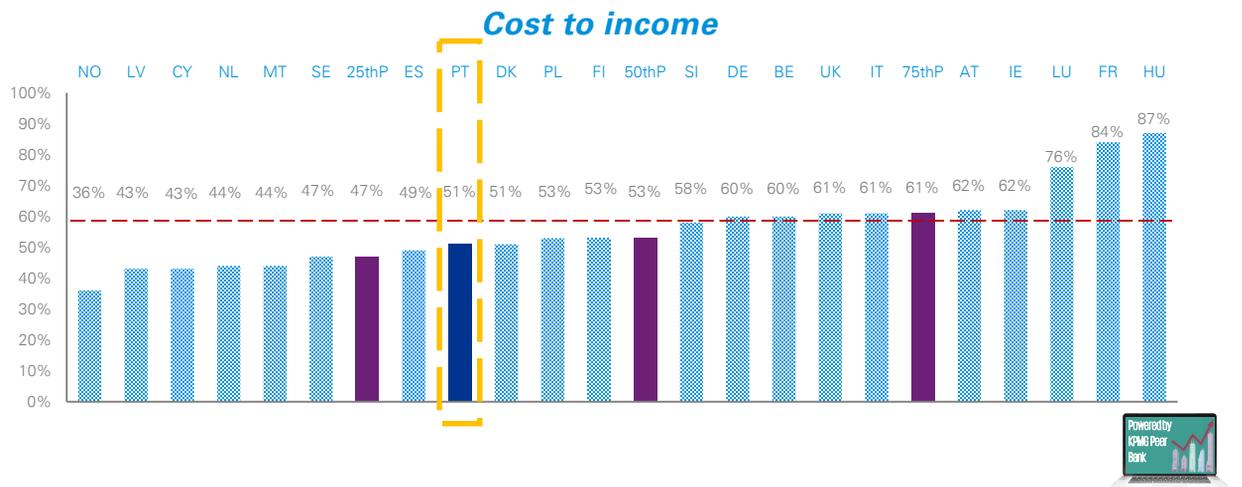
Como os bancos estão a reagir

- Maioria das respostas até agora são essencialmente relacionadas com requisitos de informação e qualidade dos dados;
- A preparação inclui a revisão da documentação, preparação das equipas e recolha da informação.

Indicadores de rentabilidade



Em termos de *return on assets* (ROA), Portugal situa-se na média, com um rácio de 0,5, o mesmo de países como Espanha, Luxemburgo ou Dinamarca. Letónia, Malta e Polónia apresentam os indicadores mais positivos. Numa situação diametralmente oposta estão as instituições holandesas e italianas, que apresentam indicadores negativos.



Analisando os dados, verificamos que as instituições portuguesas apresentam um rácio de *cost-to-income* de 51%, o que as posiciona abaixo da média europeia, com um resultado em linha com países como Espanha (49%) ou Dinamarca (51%). No grupo dos países com um sistema bancário menos eficiente está a Hungria, França e Luxemburgo.

2. Risco de crédito com enfoque nos NPEs e IFRS 9

O BCE está a levar a cabo uma revisão temática do IFRS 9, de forma a avaliar o potencial impacto em termos de aprovisionamento.

Os NPEs (*non performing exposures*) estão igualmente no topo das preocupações. O SSM criou uma *task force* que tem vindo a concentrar a sua atenção na redução dos NPEs, especialmente para bancos que tenham um rácio de NPE superior a 12%.

Esta *task force* está a definir os *targets* de redução dos NPEs. Apesar destes *targets* não serem mandatórios, o seu não cumprimento implica impactos ao nível do Pilar 2 (SREP).

A preocupação com os elevados níveis de NPEs na Europa são igualmente manifestados pela EBA no seu relatório de transparência e pelo FMI no documento "[A Strategy for Resolving Europe's Problem Loans](#)".

Aspectos relevantes para as Instituições

Para conseguir avaliar os impactos da IFRS 9 e concretizar os objectivos de redução dos NPEs serão necessárias acções da parte dos bancos, mas igualmente da parte dos Estados:

Bancos:

- Avaliação do impacto da IFRS 9 em termos de provisões;
- Melhoria da qualidade da informação sobre NPEs;
- Melhoria da informação sobre colaterais.

Estados:

- Ajustamentos às leis das insolvências e recuperação judicial;
- Celeridade nos processos judiciais;
- Ajustamentos das leis fiscais.

Insight do BCE

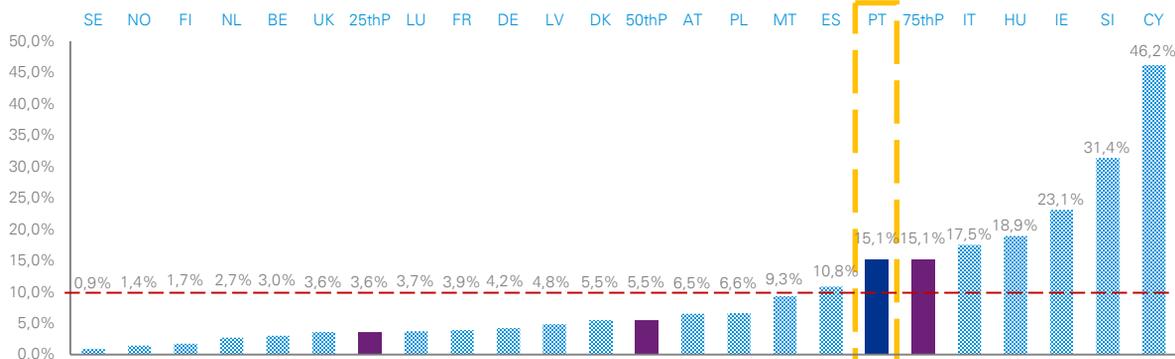
- O BCE está envolvido no exercício de avaliação do impacto da IFRS 9 levado a cabo pela EBA e a JST's está a desenvolver discussões/reuniões junto dos bancos;
- O SSM irá desenvolver um *stock-take* de NPEs para os bancos com o rácio de NPE acima dos 12%;
- O SSM criou uma *task force* de NPEs que irá recomendar *targets* e estratégias de redução de NPEs.

Como estão os bancos a reagir

- Os projectos de IFRS 9 iniciaram-se em 2015;
- Os bancos estão a desenvolver estratégias de redução de NPEs;
- Alguns bancos estão a procurar o apoio dos governos no processo de redução dos NPEs (e.g. Itália).

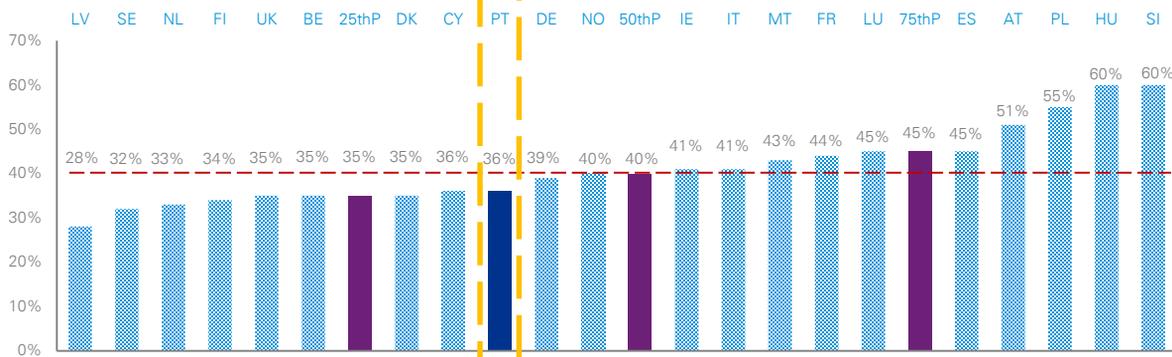
Non Performing Loans: rácio e cobertura

NPL Ratio



Portugal apresenta o sexto maior nível de *non performing loans* do conjunto analisado, com 15,1%. Ainda assim o país está atrás de Itália, Hungria, Irlanda, Eslovénia ou Chipre, este último com um nível de NPL de quase 50%. No extremo oposto verifica-se a predominância dos países nórdicos, como Suécia, Noruega ou Finlândia, que apresentam os rácios mais reduzidos.

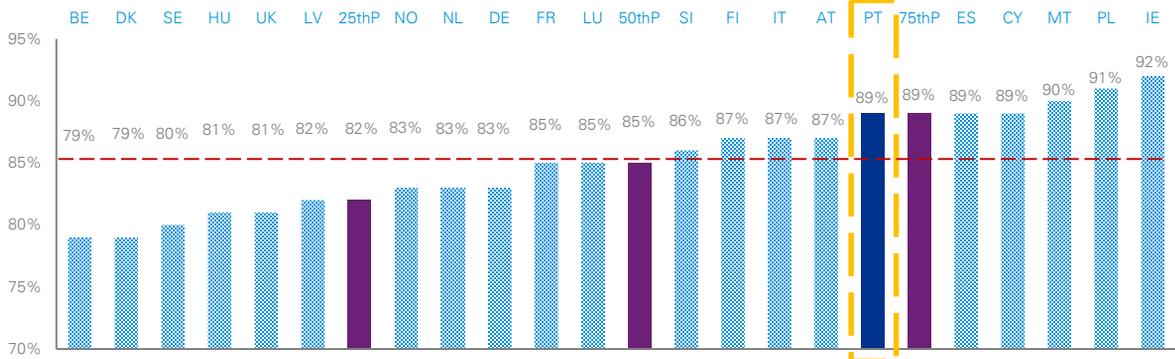
Coverage Ratio NPL



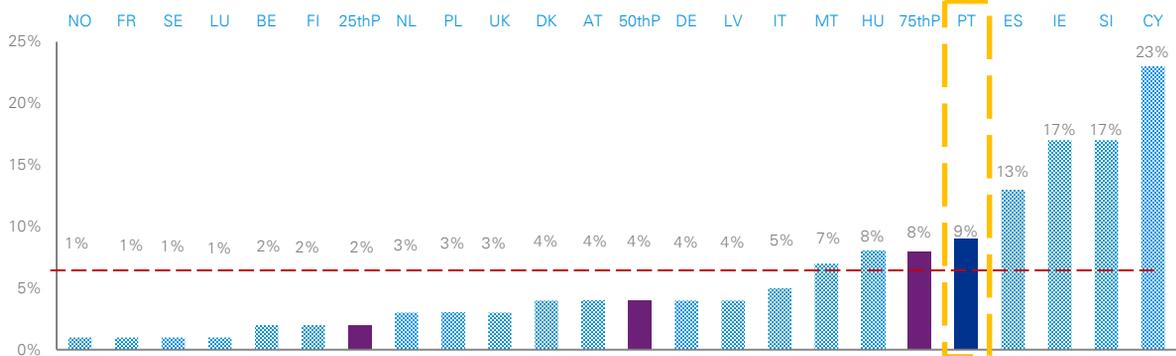
Em termos de rácios de cobertura por imparidade, Portugal continua no Top 10 dos países com os valores mais reduzidos, com um valor de 36%. Ainda assim este é um valor ligeiramente superior ao apresentado por geografias como Holanda (33%) ou Reino Unido (35%). Curiosamente a Eslovénia, país com um dos mais elevados rácios de NPL, apresenta-se como o país com o maior rácio de cobertura, a par da Hungria (60%).

Risco de crédito

Cred Risk RWA/Total RWA



Forbearance Ratio



Analisando diferentes métricas relacionadas com o risco de crédito constata-se que, com base na informação analisada, Portugal está consistentemente no Top 5 dos países com um grau de risco mais elevado, com valores acima da média, mas inferiores aos países como Irlanda ou Chipre.

3. Rácios de capital e stress tests

As decisões de Pilar 2 do BCE implicaram um aumento dos requisitos de capital. Em média é necessário um *Common Equity Tier 1* (CET 1) de 10%.

Foram criados *buffers* nacionais para os bancos com importância sistémica ou em situações de risco do sector. Ao mesmo tempo as regras de *phase-in* do Regulamento (UE) n°575/2013 (CRR) contribuíram para reduzir o valor do CET 1.

Nos próximos dois ou três anos ocorrerá um conjunto adicional de reformas regulamentares relevantes, como as novas abordagens *standard* para risco de crédito e operacional, FRTB, limites aos modelos internos, TRIM, IFRS 9.

O BCE tem demonstrado que irá limitar a capacidade de distribuição de dividendos se não estiver seguro da capacidade dos bancos cumprirem os requisitos.

Aspectos relevantes para as Instituições

- Avaliar o impacto das alterações actualmente em curso na posição de capital da instituição;
- Capacidade de simular a posição de capital e resultados em diferentes cenários e relacionar as simulações com o processo de determinação das necessidades de capital;
- Como reduzir os *add-ons* impostos pelo BCE no Pilar 2?
- Quais os segmentos que valem o seu custo de capital e risco? Esta avaliação está ligada com a discussão sobre a análise do modelo de negócio.
- SREP 2016 *Stress Test* actualmente em curso: Esforço elevado e potencial impacto elevado.

Insight do BCE

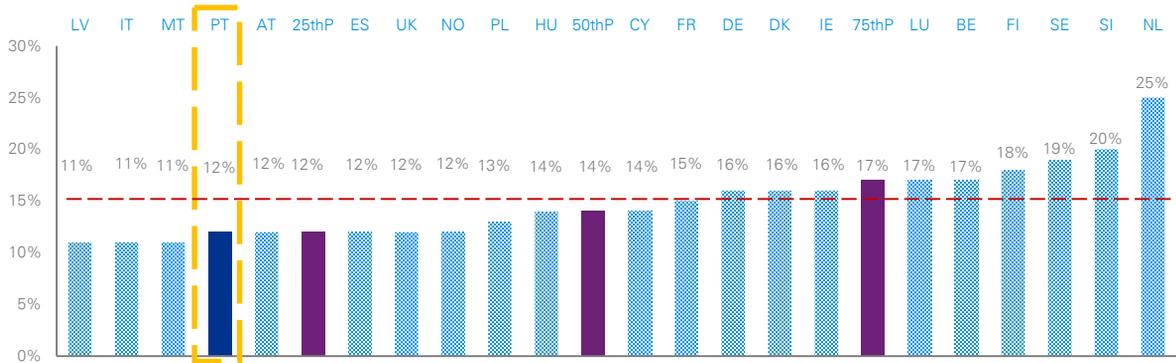
- O SSM criou o *High Level Group* responsável pela análise dos principais aspectos identificados no âmbito da implementação do SREP.

SREP stress test (SSM):

- Metodologia genericamente alinhada com os *stress tests* da EBA (*baseline* e cenário adverso);
- Os resultados não serão públicos, ao contrário dos da EBA;
- O exercício abrangerá 60 instituições (o exercício da EBA cobriu cerca de 40 instituições);
- O resultado dos dois exercícios (EBA e SSM) irá alimentar o SREP;
- O resultado será influenciado de forma semelhante por elementos qualitativos e quantitativos.

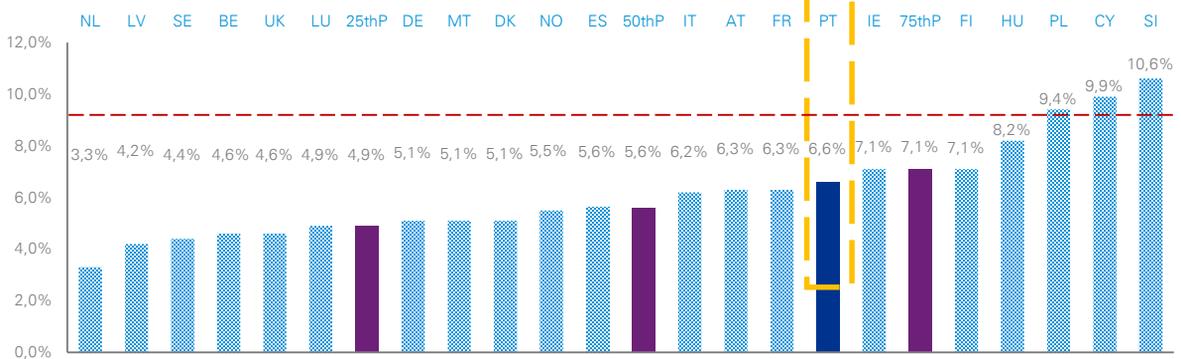
Rádios de capital: CET 1 e leverage ratio

Cet 1 Ratio



Em termos de rácios CET 1, Portugal apresenta-se na parte inferior do quadro comparativo com um valor de 12%. As instituições holandesas apresentam o mais elevado rácio de CET 1, com 25%, o dobro de países como Portugal, Espanha ou Reino Unido.

Leverage Ratio



No que concerne à comparação dos rácios de alavancagem, verificamos que Portugal apresenta um valor de 6,6%, o que coloca o país na metade superior dos países com instituições bancárias mais alavancadas.

4. Governance de risco, data quality e IT

4.1 Governance de risco

Requisitos do BCE em termos de *governance*:

- Melhorar a forma como o risco é avaliado no âmbito das principais decisões estratégicas;
- Destacar o papel e responsabilidade das estratégias definidas no âmbito do RAS/RAF (*Risk Assessment System/Risk Appetite Framework*);
- Garantir que processo de RAF/RAS está interligado com outros processos de planeamento estratégico e de capital tais como FCP, orçamento, ICAAP ou ILAAP;
- Estabelecer um *framework* para determinação do RAF/RAS a nível consolidado incluindo as diversas unidades de negócio e segmentos.

Aspectos relevantes para as Instituições

Requisitos do BCE em termos de estratégia:

- Reflectir a estratégia corporativa e as alterações estratégicas no RAS/RAF.

Requisitos do BCE para o conteúdo do RAS/RAF:

- Melhorar o RAS, através da identificação dos limites globais de risco bem como os que são aplicáveis a cada linha de negócio/segmento;
- Definir o nível agregado e o tipo de riscos que o banco está disponível a aceitar para atingir os seus objectivos de negócio.

Insight do BCE

- O BCE está a efectuar inspecções *on-site* na sequência da *thematic review*.

Como estão os bancos a reagir

- Os bancos estão a apresentar os planos de remediação para cumprir os requisitos que resultaram da *thematic framework*.

4.2 Data quality e IT

Requisitos do BCE em termos de *data quality*:

- Melhorar a arquitectura de dados e respectiva qualidade, mas igualmente os processos de negócio/risco para garantir a adequada agregação e reporte.

Requisitos do BCE em termos de estratégia:

- Na sequência da *thematic review* de 2015 relacionada com ciber-segurança, o BCE lançou em 2016 uma *thematic review* sobre *risk data aggregation* e reporte para avaliar o cumprimento com os princípios do BCBS 239.

Insight do BCE

O BCE está a levar a cabo uma *thematic review* a 25 bancos: 11 instituições de grande dimensão (Grupo 1) e 14 de menor dimensão (Grupo 2).

Março a Agosto:

- Grupo 1: avaliação dos projectos específicos no âmbito do BCBS 239 e seu *status* de implementação, com base num *desktop assessment* complementado com entrevistas;
- Grupo 2: o BCE vai preparar questionários de *self-assessment*.

Setembro a Dezembro:

- *Deep dive* em determinados tópicos, com base na informação apurada na primeira fase;
- Carta de *follow-up* com os *findings* e acções de remediação.

Como estão os bancos a reagir:

- Priorizar programas de *compliance* com o BCBS 239;
- Dois dos clientes da KPMG de grande dimensão (G_SIB's em França e Itália) têm em curso inspecções relacionadas com este tema;
- Outros bancos (G-SIB) efectuaram já a sua avaliação e concluíram que não estão a cumprir com os requisitos.



5. Capital económico e liquidez

A 8 de Janeiro de 2016 o BCE definiu um processo *standard* para submissão do *package* ICAAP/ILAAP.

Os bancos submeteram esta informação a 30 de Abril de 2016.

O BCE formulou expectativas sobre o processo de preparação do reporte através do “Guideline on ICAAP and ILAAP information collected for SREP purposes” ([EBA/CP/2015/26](#)).

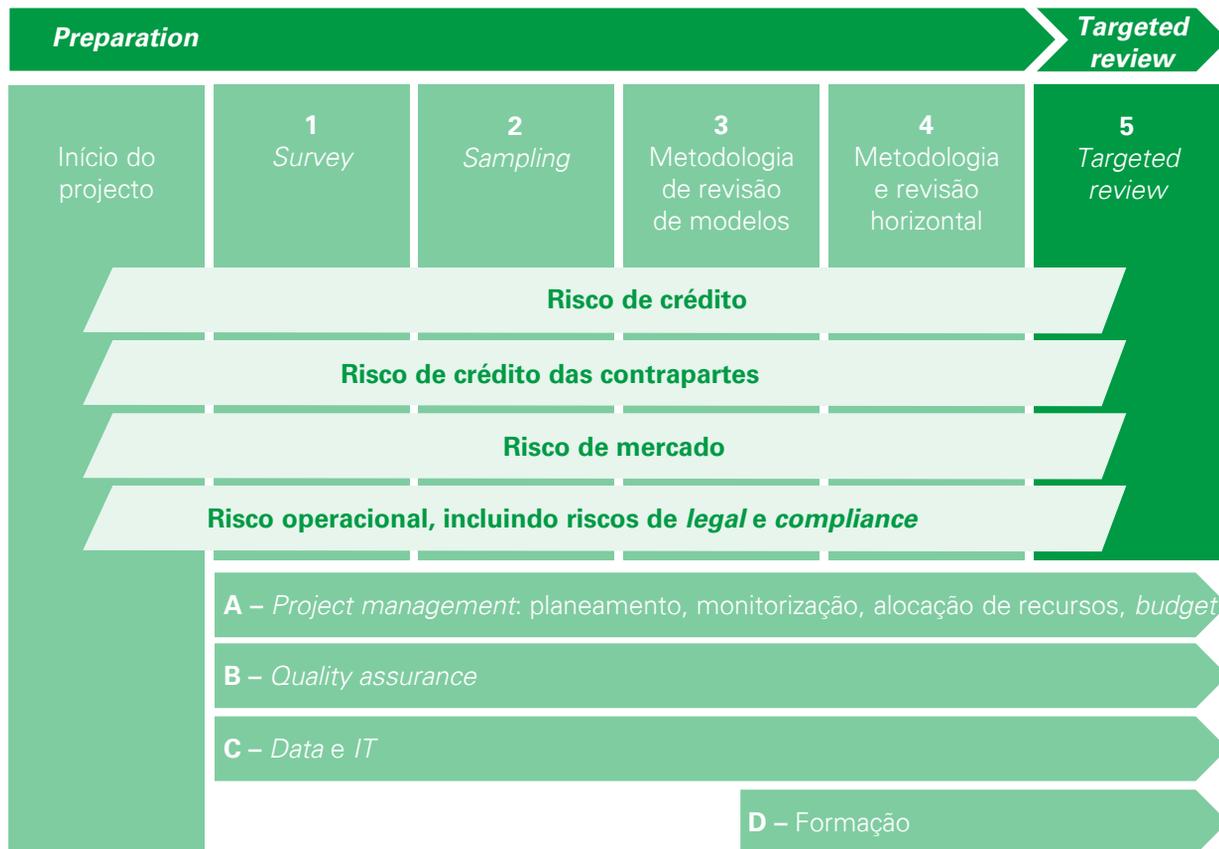
Aspectos relevantes

- Este ano, concentração na perspectiva consolidada. A partir de 2017 as subsidiárias serão igualmente submetidas a este processo;
- É necessário um *sign-off* do cumprimento das regras de preparação do ILAAP e ICAAP por parte do Órgão de Administração;
- O ICAAP incluirá uma visão de curto-prazo (nomeadamente um ano), complementada com uma visão de médio-prazo e prospectiva.

Como estão os bancos a reagir

- Reavaliar a abordagem/atitude em relação ao supervisor (*e.g.* de reactivo para proactivo, investir na avaliação e compreensão do *framework* do SREP e efectuar um *self-assessment* contínuo do processo);
- Os bancos devem aumentar a granularidade do seu processo de orçamentação e ligar explicitamente a estratégia de negócio e o risco;
- Apesar de todos estes desafios para o futuro, muitas das instituições estão ainda a definir acções de remediação para responder ao SREP de 2015.

6. Targeted Review of Internal Models (TRIM)



A percepção do mercado da supervisão do BCE



A

Decisões de investir na infra-estrutura

- Disponibilidade, granularidade e qualidade dos dados
- *Stress-Testing*
- *IRRBB*

C

- Diferente intensidade de supervisão
- Prevalência de alguns requisitos nacionais

B

Decisões de abordagem de *change management*

- Incertezas do processo de supervisão Pilar 2
- O porquê de determinadas decisões

D

Estabelecer áreas para gerir a relação com o SSM

- Diferenças comparadas com a abordagem dos supervisores nacionais
- Diferentes modelos na Europa

Conclusão

Ambiente regulatório em constante mutação

- Requisitos muito exigentes em termos de conteúdos;
- Aumento do âmbito de supervisão;
- Basileia IV;
- Medidas estruturais (e.g. resolução).

Necessidade de uma implementação eficiente, uma monitorização cuidada e um elevado esforço dos bancos para cumprir os requisitos.

Supervisor novo e mais desafiante

- Supervisão mais intrusiva;
- Calendários exigentes;
- Aumento dos pedidos de informação;
- Revisões transversais.

Necessidade de uma organização interna apropriada, bem como uma infra-estrutura adequada (*reporting*, dados, governação interna).

Ambiente macroeconómico difícil

- Pressão sobre a rentabilidade (impacto da margem financeira);
- Novos *players* (FinTech);
- Elevado nível de NPEs;
- Credibilidade.

Necessidade de reinventar a forma de actuar no sector bancário (novas estratégias, novos negócios, novos produtos, nova cultura).

KPMG Peer Bank

Uma nova ferramenta de
benchmarking para o
Sector Bancário

Saiba mais em www.kpmg.pt





Contactos



Vitor Ribeirinho
**Partner, Head of Audit
& Financial Services**
+351 210 110 161
vribeirinho@kpmg.com



Miguel Afonso
Partner, Audit
+351 210 110 902
mafonso@kpmg.com

www.kpmg.pt

A informação contida neste documento é de natureza geral e não se aplica a nenhuma entidade ou situação particular. Apesar de fazermos todos os possíveis para fornecer informação precisa e actual, não podemos garantir que tal informação seja precisa na data em que for recebida/conhecida ou que continuará a ser precisa no futuro. Ninguém deve actuar de acordo com essa informação sem aconselhamento profissional apropriado para cada situação específica.

© 2016 KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso em Portugal. O nome KPMG e o logótipo são marcas registadas ou marcas registadas da KPMG Internacional.